



AZ@BXL

Número: 383

Data: 2025.11.28

No título: "Escape #1" (2017)

Créditos: Catarina Branco (1974) é uma artista plástica natural da ilha de São Miguel, licenciada em Pintura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. A artista destaca-se pelo seu trabalho minucioso em papel recortado à mão, através do qual reinventa tradições culturais e religiosas açorianas, articulando-as com influências de outras geografias, como África e Brasil, numa linguagem visual contemporânea. Desde o início da sua carreira, Catarina Branco tem participado em bienais, feiras internacionais de arte contemporânea e as suas obras têm integrado inúmeras coleções públicas e privadas. Do seu percurso artístico, destaca-se o convite feito em 2013 pela Fundação Calouste Gulbenkian para participar no projeto Próximo Futuro e o convite para desenvolver uma peça original para a exposição "April 25, 1974 – Portugal's Carnation Revolution", organizada em 2014 pela Universidade de Berkeley, Califórnia (EUA). Em reconhecimento do seu trabalho artístico, Catarina Branco foi também agraciada com diversos prémios, nomeadamente o Prémio de Pintura e Escultura D. Fernando II (1999), o Prémio de Pintura João Barata, atribuído pela Galeria Barata (Lisboa), em 1997 e o Prémio de Criação Artística – Pintura "Domingos Rebelo", DRAC, em 2001.

Cortesia: *Galeria Fonseca Macedo*

Nota: Nesta edição, damos continuidade a uma nova sequência de publicações com o intuito de divulgar obras de artistas açorianos ou a residir nos Açores. Deixamos o nosso mais sincero agradecimento a todos os artistas que aceitaram participar, bem como à Galeria Fonseca Macedo, que prontamente aceitou o desafio e se disponibilizou para colaborar.

DESTAQUES



[**Comissão apresenta nova estratégia da bioeconomia para impulsionar o crescimento verde, a competitividade e a resiliência em toda a Europa**](#)

[**Pacote de outono do Semestre Europeu de 2026: Comissão define prioridades para impulsionar a competitividade da UE**](#)

[**Parlamento Europeu aprova primeiro programa europeu para a indústria de defesa**](#)

[**Declaração Conjunta da 7.ª Cimeira União Africana - União Europeia 2025, 24-25 de novembro de 2025**](#)

[**Comissão Europeia lança Programa de Monitorização dos Polinizadores para travar declínio da população de insetos até 2030**](#)

[**Parlamento Europeu defende idade mínima de 16 anos para aceder às redes sociais**](#)

[**Comissão lança Garantia para as Competências para apoiar os trabalhadores em transição na aprendizagem de novas competências para setores estratégicos**](#)

1 de dezembro



Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa), 1 de dezembro de 2025

O Conselho dos Negócios Estrangeiros, reunido na sua formação de ministros da Defesa, trocará pontos de vista sobre o apoio militar da UE à Ucrânia e a prontidão em matéria de defesa, e será informado sobre questões da atualidade.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).



Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Emprego e Política Social, 1 de dezembro de 2025

Os ministros da UE responsáveis pelo Emprego e pela Política Social reunir-se-ão em Bruxelas para debater os seguintes tópicos: a habitação a preços acessíveis, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, os produtos químicos perigosos no local de trabalho, e a agenda de simplificação da UE.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#). Pode assistir [aqui](#) aos pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

2 de dezembro



Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores) sobre Saúde, 2 de dezembro de 2025

Os ministros da Saúde da UE reunir-se-ão em Bruxelas para debater o Regulamento Medicamentos Críticos. Durante um almoço, trocarão também pontos de vista sobre o impacto dos novos produtos do tabaco e da nicotina nas crianças e nos jovens.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#). Pode assistir [aqui](#) aos pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

Até 8 de dezembro



Comissão recolhe opiniões para a Visão Estratégica para o Desporto na Europa

A Comissão Europeia [abriu](#) uma consulta pública para recolher opiniões de cidadãos, atletas, treinadores e organizações sobre a futura comunicação política «Uma Visão Estratégica para o Desporto na Europa: Reforçar o Modelo Desportivo Europeu».

O objetivo é reforçar o papel do desporto como bem público, destacando o seu papel na saúde, educação, inclusão social, coesão europeia e competitividade económica. A participação da sociedade será fundamental para enfrentar desafios atuais e preservar o [Modelo Europeu do Desporto](#), assente em clubes fortes, iniciativas de base e comunidades desportivas locais.

O processo de consulta permanecerá aberto por 12 semanas no portal “[Dê a sua opinião](#)” e irá também permitir a apresentação de evidências e boas práticas.



Comissão lança inquérito para avaliar a Garantia Europeia para a Infância

A Comissão Europeia lançou um inquérito destinado a recolher as opiniões de crianças, jovens, pais e tutores sobre a aplicação da [Garantia Europeia para a Infância](#), uma iniciativa que visa assegurar a todas as crianças em risco de pobreza ou exclusão social o acesso a serviços essenciais, como educação, cuidados de saúde, nutrição e habitação.

O [inquérito](#), disponível na Plataforma de Participação das Crianças da UE, estará disponível até 8 de dezembro de 2025. Os contributos recolhidos irão servir para melhorar a implementação da Garantia e integrar mais diretamente a voz das crianças no processo de formulação de políticas europeias.

Esta é uma iniciativa lançada no âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e insere-se no compromisso da Comissão de reduzir a pobreza infantil e reforçar a inclusão social em toda a União. O feedback recolhido alimentará também os trabalhos da futura Estratégia Europeia de Combate à Pobreza, atualmente em [consulta pública](#) até 24 de outubro.

Até 10 de dezembro



Comissão procura obter informações sobre a futura Carta de Acesso dos Utilizadores Industriais às Infraestruturas de Investigação e Tecnologia

A Comissão lançou um inquérito [público](#) para recolher contributos das partes interessadas sobre a futura Carta de acesso dos utilizadores industriais às infraestruturas de investigação e tecnologia.

Com base na [Carta revista para o acesso às infraestruturas](#) de investigação, esta nova Carta destinar-se-á especificamente a facilitar o acesso das empresas. Facilitará o acesso das empresas, em especial das pequenas e médias empresas (PME), das empresas em fase de arranque e das empresas em fase de expansão, às infraestruturas europeias de investigação e tecnologia de craveira mundial.

As partes interessadas são convidadas a [apresentar os seus pontos de vista sobre a conceção e o conteúdo da Carta](#) até 10 de dezembro de 2025. A Carta final deverá ser apresentada em 2026.

Pode obter mais informação [aqui](#).

Até 11 de dezembro



Consulta Pública: Simplificação da PAC — fim da obrigação de registar os produtos fitofarmacêuticos na aplicação geoespacial

No âmbito da proposta de simplificação da política agrícola comum, esta iniciativa visa reduzir os encargos administrativos para os agricultores, pondo fim à obrigação de registar os produtos fitofarmacêuticos na aplicação geoespacial.

No entanto, os agricultores terão de continuar a manter registo da utilização de produtos fitofarmacêuticos (em formato digital ou em papel).

A proposta alinha igualmente as referências jurídicas relacionadas com o sistema integrado de gestão e de controlo.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 11 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 12 de dezembro



Consulta Pública: Bem-estar dos animais nas explorações para determinados animais: modernização da legislação da UE

Com base em dados científicos, nas reações das partes interessadas, na avaliação dos impactos económicos e sociais e tendo em conta as exigências da sociedade, esta iniciativa é uma etapa da revisão da legislação da UE em matéria de bem-estar dos animais e dá também seguimento ao compromisso de eliminar progressivamente a utilização de gaiolas para determinados animais.

A fim de defender os seus valores, a UE procurará, em conformidade com as regras internacionais, reforçar o alinhamento das normas de produção em matéria de bem-estar dos animais aplicadas aos produtos importados.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 12 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

Até 15 de dezembro



Diga-nos o que pensa sobre: Estratégia para as regiões ultraperiféricas da UE

Esta iniciativa visa permitir que as regiões ultraperiféricas retirem maiores benefícios das políticas, dos fundos e dos programas da UE.

A iniciativa irá: alinhar a estratégia atual com as novas prioridades políticas; delinear uma visão global para aumentar a prosperidade destas regiões; definir os principais domínios de ação da UE para dar resposta às necessidades e especificidades destas regiões; e, ajudar a explorar os ativos estratégicos e o potencial único que estas regiões oferecem enquanto postos avançados da UE no mundo.

O processo de consulta permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção da Estratégia para as regiões ultraperiféricas pela Comissão Europeia está prevista para o 1.º trimestre de 2026.



Diga-nos o que pensa sobre: Pacote de simplificação regulamentar para as regiões ultraperiféricas da UE

Esta iniciativa visa eliminar os estrangulamentos na legislação da UE que dificultam o desenvolvimento socioeconómico, a competitividade sustentável e a prosperidade das regiões ultraperiféricas da UE. Visa, em especial, simplificar os requisitos legais da UE e ajustá-los às especificidades das regiões ultraperiféricas.

Esta iniciativa complementa a iniciativa relativa à estratégia para as regiões ultraperiféricas da UE.

O processo de consulta permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

A adoção da proposta de regulamento pela Comissão Europeia está prevista para o primeiro semestre de 2026.



Consulta Pública: Aviação — Regras da UE em matéria de serviços aéreos (revisão)

As atuais regras da UE em matéria de serviços aéreos abrangem domínios como os requisitos operacionais, a liberdade de prestação de serviços e a liberdade de fixação de preços.

A iniciativa atualizará essas regras à luz dos ensinamentos retirados, nomeadamente durante a pandemia de COVID-19, a evolução da dinâmica do mercado e a evolução geopolítica e ambiental.

O objetivo é assegurar que o mercado interno da aviação da UE continue a ser centrado no consumidor, a preços acessíveis, fiável, social e ambientalmente sustentável e competitivo a nível mundial.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 15 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal "[Dê a sua opinião](#)".

15 a 17 de dezembro



EU Agri-Food Days 2025

As Jornadas Agroalimentares da UE 2025, agendadas para 15 a 17 de dezembro, em Bruxelas, terão este ano como tema central "Garantir a alimentação e a agricultura da Europa".

Esta conferência de três dias permite-lhe estabelecer contactos e participar em conversas importantes com partes interessadas do setor agroalimentar da UE, agricultores, analistas, académicos, sociedade civil e decisores políticos.

Para mais informações, consulte o [site do “EU Agri-Food Days 2025”](#).

Até 17 de dezembro



Comissão procura pontos de vista sobre o futuro da normalização europeia

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a próxima revisão do regulamento da UE relativo à normalização. Esta consulta ajudará a definir as futuras medidas políticas destinadas a reforçar o sistema europeu de normalização e a salvaguardar a liderança da Europa no desenvolvimento de normas de elevada qualidade e de confiança. Ao assegurar que as normas são eficientes e eficazes, a UE pode promover as suas ambições ecológicas e digitais, reforçando simultaneamente a sua posição de líder mundial na definição de normas.

Previsto para adoção em 2026, o regulamento revisto tornará o processo de definição de normas mais rápido, mais reativo às necessidades políticas e mais inclusivo, especialmente para as PME e as empresas em fase de arranque. A Comissão apresentou as principais prioridades para a revisão na sua avaliação publicada em julho de 2025. As partes interessadas e os peritos são convidados a contribuir através [da consulta em linha](#) disponível no portal da Comissão «Dê a sua opinião» até 17 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 21 de dezembro



A Comissão Europeia recolhe contributos para avaliação da Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual

As regras da UE relativas aos serviços de comunicação social audiovisual são um dos pilares da política e regulamentação da UE relativas aos meios de comunicação social. Estas normas promovem a competitividade das empresas de comunicação social europeias e a circulação transnacional de conteúdos mediáticos, protegem os telespetadores e reforçam a diversidade cultural e o pluralismo dos meios de comunicação social, entre outros aspetos.

A Comissão avaliará o impacto e o valor acrescentado das regras em vigor e apresentará propostas para a sua revisão, se for caso disso.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia 21 de dezembro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal [“Dê a sua opinião”](#).

Até 23 de dezembro



Comissão lança convite à apresentação de provas sobre a revisão das metas e objetivos da Década Digital 2030

A Comissão Europeia lançou um [convite à apresentação de provas](#) para avaliar se os objetivos e metas da Década Digital para 2030 continuam alinhados com as rápidas mudanças tecnológicas desde a sua adoção em 2022. A revisão, prevista para 2026, irá ajustar o programa político que orienta a transformação digital da Europa, considerando a necessidade de acelerar o processo de digitalização da UE e de simplificar a legislação europeia em matéria do digital.

Neste estágio intermédio do programa político da [Década Digital](#), a Comissão irá avaliar a relevância dos objetivos atuais e a eficácia das medidas para garantir que permaneçam eficazes e resilientes. A revisão também irá considerar formas de alinhar as políticas digitais com as oportunidades de financiamento no próximo Quadro Financeiro Plurianual e como melhorar a participação de regiões e cidades para garantir que os benefícios da digitalização cheguem aos cidadãos e pequenas empresas.

O convite à apresentação de provas estará aberto até ao próximo dia 23 de dezembro de 2025.

Até 13 de janeiro



Comissão lança consulta pública sobre futura Lei dos Materiais Avançados

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#) e uma [consulta pública](#) sobre a futura Lei dos Materiais Avançados, uma iniciativa central da [Bússola para a Competitividade](#) que visa reforçar a liderança industrial e a autonomia estratégica da Europa.

A nova legislação criará um quadro estratégico para o desenvolvimento, produção e utilização de materiais avançados, substâncias desenvolvidas artificialmente com propriedades inovadoras e aplicáveis em setores como eletrónica, energia e mobilidade elétrica.

A implementação da proposta está prevista para 2026 e procurará acelerar a transição entre a investigação e a comercialização, simplificar processos regulamentares e aumentar a capacidade de produção europeia, de modo a realizar uma promoção simultânea de sustentabilidade e economia circular.

Os interessados poderão enviar contributos até 13 de janeiro de 2026 através do portal “[Dê a sua opinião](#)” da Comissão Europeia.

Até 14 de janeiro



Comissão lança consulta sobre regras de auxílios estatais à radiodifusão de serviço público europeu

A Comissão Europeia abriu uma [consulta pública](#) e uma [consulta a peritos](#) para recolher contributos sobre a [Comunicação de 2009 relativa aos auxílios estatais à radiodifusão de serviço público](#). O objetivo é avaliar se as regras continuam a cumprir os seus objetivos, tendo em conta as mudanças tecnológicas, de mercado e jurídicas ocorridas desde a última revisão.

A consulta pública geral destina-se a cidadãos, empresas e organizações interessadas, enquanto a consulta a peritos se dirige a participantes do setor, autoridades públicas e académicos com experiência específica na radiodifusão de serviço público. O prazo para participação em ambas termina a 14 de janeiro de 2026.

Após o encerramento das consultas, a Comissão analisará as respostas, publicará um resumo no portal “[Dê a sua opinião](#)” e divulgará as contribuições na língua em que foram submetidas. Com base nas respostas e na análise interna, será elaborado um documento de trabalho com as principais conclusões da avaliação.

Até 18 de janeiro



Simplificação — Pacote digital e omnibus

Decorre até 18 de janeiro o período para apresentação de comentários sobre o ato adotado. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.

Os comentários podem ser apresentados no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 23 de janeiro



Consulta Pública: Ato legislativo sobre o Espaço Europeu da Investigação

A fim de criar um ambiente geral mais favorável à inovação, que reduza a fragmentação e impulsione a competitividade da UE, esta iniciativa visa reforçar o investimento em I&D e elevá-lo ao nível da meta de 3 % do PIB.

Centrará mais o apoio à investigação nas prioridades estratégicas, alinhará melhor as prioridades de financiamento da UE e dos Estados-Membros e promoverá a livre circulação de conhecimentos e talentos na Europa.

O processo de consulta pública permanecerá aberto até 23 de janeiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

A adoção do ato legislativo pela Comissão Europeia está prevista para o terceiro trimestre de 2026.

Até 26 de janeiro



Comissão procura obter pontos de vista sobre a revisão das diretivas relativas à contratação pública

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública de 12 semanas para recolher contributos e elementos de prova com vista à revisão das diretivas da União Europeia relativas à contratação pública. A iniciativa pretende modernizar e simplificar as regras atuais, alinhando-as com as atuais prioridades estratégicas da UE.

Com as autoridades públicas da UE a gastarem mais de 2,6 biliões de euros por ano, dos quais 600 mil milhões de euros estão sujeitos às regras da UE, a revisão destas diretivas procura promover um sistema de investimento público europeu mais eficiente e estratégico.

Através deste questionário, a Comissão procura obter contributos das partes interessadas, incluindo as autoridades públicas, as empresas, a sociedade civil, os parceiros sociais e o meio académico, sobre a forma de melhorar as regras da UE em matéria de contratos públicos.

O questionário pode ser encontrado no portal “[Dê a sua opinião](#)” e o período de consultas decorrerá até ao **dia 26 de janeiro de 2026**.

Até 4 de fevereiro



Comissão lança convite à apresentação de propostas para financiar projetos de parceria no domínio jornalístico

A Comissão Europeia anunciou a disponibilização de 13,8 milhões de euros para apoiar o pluralismo e a colaboração transfronteiriça no jornalismo, no âmbito do programa Europa Criativa.

O montante reparte-se entre dois convites à apresentação de propostas. O [primeiro convite](#), referente à atribuição de 6,9 milhões de euros, destina-se a parcerias jornalísticas que promovam colaborações entre meios de comunicação de diferentes países da UE, com um máximo de 2 milhões por projeto de dois anos. O [segundo](#), também com 6,9 milhões de euros, visa reforçar o pluralismo mediático, oferecendo até 2,5 milhões por projeto a organizações intermediárias que financiem meios locais, comunitários e jornalismo de investigação.

Ambos os convites permanecerão abertos até 4 de fevereiro de 2026, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre estes dois convites.



Comissão Europeia lança consulta sobre reforço das regras de segurança dos produtos no mercado único

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre duas iniciativas que visam atualizar o quadro da UE em matéria de segurança dos produtos e do mercado, garantindo que todos os bens comercializados sejam seguros, sustentáveis e adequados à economia digital e circular.

A primeira iniciativa propõe a revisão do [Novo Quadro Legislativo relativo à marcação CE](#) e à avaliação da conformidade, procurando simplificar regras, reduzir encargos administrativos e harmonizar procedimentos entre setores. A segunda analisa o [Regulamento sobre a Fiscalização do Mercado](#), com o objetivo de reforçar a cooperação entre autoridades e alfândegas e melhorar o combate a produtos inseguros.

As consultas decorrem até 4 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas) e irão contribuir para a futura Lei Europeia dos Produtos, prevista para o terceiro trimestre de 2026. A Comissão convida empresas, consumidores e autoridades a partilhar as suas perspetivas sobre as iniciativas no portal [Dê a sua opinião](#).

Até 6 de fevereiro



Comissão lança consulta pública sobre a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Comissão Europeia iniciou uma consulta pública com o objetivo de recolher contributos sobre o futuro da [Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#). A iniciativa pretende identificar formas de reforçar as políticas da União Europeia neste domínio, à luz dos novos desafios e oportunidades que surgiram desde o início da estratégia, incluindo os impactos sociais do pós-pandemia e as transformações tecnológicas em curso.

O processo de consulta visa recolher as opiniões de cidadãos, organizações da sociedade civil e entidades públicas sobre como a UE pode reduzir as barreiras à acessibilidade, promover a inclusão e garantir um apoio mais eficaz às pessoas com deficiência. As contribuições recolhidas irão servir de base para o novo conjunto de ações que a Comissão tenciona apresentar em 2026, no âmbito da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A consulta pública irá decorrer até 6 de fevereiro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas), sendo realizada em linha no portal “[Dê a sua opinião](#)”.

Até 11 de março



Comissão apoia projetos de literacia mediática com 3 milhões de euros

A Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de propostas](#), no valor de 3 milhões de euros, destinado a apoiar projetos inovadores que reforcem a literacia mediática e ajudem os cidadãos a navegar de forma crítica e informada no ambiente digital.

As iniciativas poderão decorrer online ou offline e devem tornar o processo de aprendizagem sobre os media mais interativo e envolvente, ao mesmo tempo que ajudam profissionais do setor a adaptar-se a novos formatos e tendências de consumo.

O prazo para apresentação de propostas termina a 11 de março de 2026, e o convite está aberto a parceiros de países participantes no programa [Europa Criativa](#).



Comissão Europeia inicia avaliação de impacto sobre pesticidas perigosos em produtos importados

A Comissão Europeia anunciou esta semana que irá iniciar uma avaliação de impacto para reforçar a harmonização das normas de produção da UE com relação aos pesticidas perigosos que entram no mercado europeu por meio de produtos importados. A medida visa garantir que pesticidas proibidos na UE por questões de saúde e ambientais não sejam reintroduzidos através de importações, alinhando as normas para evitar desvantagens competitivas para os agricultores e o setor agroalimentar europeu, atendendo também às expectativas dos consumidores.

A avaliação de impacto irá analisar os efeitos económicos, ambientais e sociais dessa maior coerência nas normas, considerando os impactos nos fluxos comerciais, na competitividade dos produtores da UE e no impacto para os consumidores. A análise será baseada em dados concretos e irá servir de base a possíveis alterações legislativas futuras, com o objetivo de garantir condições de concorrência equitativas sem comprometer a proteção dos consumidores.

Embora a legislação atual da UE já proteja os consumidores e assegure que os alimentos cumpram elevados padrões de saúde e segurança, a Comissão reafirma o seu compromisso em promover uma maior reciprocidade nas normas, de modo a garantir que as importações respeitem os mesmos requisitos exigidos para a produção interna.

A avaliação de impacto irá incluir um estudo liderado pelo [Centro Comum de Investigação](#) (JRC), baseado em dados concretos e irá incluir as contribuições das partes interessadas. Este estudo preliminar deverá estar concluído até ao verão de 2026.

Conselho e Parlamento chegam a um acordo provisório para melhorar o bem-estar e a rastreabilidade de gatos e cães em toda a Europa

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo provisório sobre o bem-estar de gatos e cães e sobre a rastreabilidade. O acordo estabelece regras mínimas válidas em toda a UE pela primeira vez. O objetivo do acordo é melhorar o bem-estar de gatos e cães mantidos por criadores, estabelecimentos de venda e abrigos, ao mesmo tempo que se melhora a proteção do consumidor, se assegura a concorrência justa e se combate o comércio ilegal.

A nova regra é identificar todos os cães e gatos, incluindo aqueles já existentes. No entanto, as pessoas singulares não têm de cumprir as obrigações aplicáveis aos estabelecimentos.

Os requisitos destinam-se a servir como normas mínimas para harmonizar o mercado da UE. Se assim o desejarem, os Estados-Membros podem manter ou introduzir regras mais rigorosas.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes deste acordo provisório, que terá ainda de ser aprovado tanto pelo Conselho da União Europeia como pelo Parlamento Europeu antes de ser formalmente adotado e entrar em vigor.



Resultados da Cimeira da COP30: progressos lentos, mas insuficientes para responder à urgência da crise climática

A Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP30), realizada na semana passada em Belém, Brasil, encerrou com progressos considerados insuficientes para responder à urgência da crise climática. Os deputados europeus que participaram nas negociações lamentaram a falta de ambição do resultado final, apesar de reconhecerem alguns avanços pontuais.

A presidente da delegação do Parlamento Europeu, Lídia Pereira (PPE, PT), destacou a inclusão de um evento de alto nível sobre implementação, o lançamento do Acelerador Global de Implementação e uma iniciativa plurilateral sobre a transição para longe dos combustíveis fósseis, bem como a proteção do financiamento para adaptação no novo quadro de objetivos coletivos quantificados em matéria de financiamento climático, incluindo a recomendação de triplicar o apoio aos mais vulneráveis até 2035. A eurodeputada sublinhou ainda que os elementos comerciais das negociações foram preservados, mas que a resistência de uma frente unificada de BRICS e países árabes, associada a uma Presidência pouco disposta a elevar a ambição, limitou significativamente o alcance do acordo.

Segundo o vice-presidente da delegação do Parlamento Europeu para a COP30, Mohammed Chahim (S&D,NL), a COP30 não representou o “grande passo” de que o mundo necessita e salientou o facto de que o fosso entre a ambição declarada e as reduções efetivas de emissões permanece elevado. O eurodeputado apontou a forte oposição de países produtores de petróleo e a mudança dos equilíbrios geopolíticos como fatores que obrigaram a União Europeia, em conjunto com o Reino Unido, a ir contra as tendências de outras potências para salvar parte da ambição climática, advertindo que a UE precisa de formar novas coligações para evitar o isolamento em futuras rondas negociais.

A COP30 decorreu de 10 a 21 de novembro de 2025, com a participação oficial de representantes do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, que também promoveram debates sobre o futuro da política climática da UE e o legado dos dez anos do Acordo de Paris. A cimeira culminou com a assinatura de uma [declaração final](#), na qual os participantes se comprometeram a envidar mais esforços para combater as alterações climáticas.

Pode consultar [aqui](#) as perspetivas partilhadas pelos eurodeputados participantes no evento.

Agentes de controlo biológico: os eurodeputados querem procedimentos de aprovação e autorização mais rápidos

Para um sistema alimentar mais ecológico e sustentável, o Parlamento defende procedimentos mais rápidos de aprovação e autorização para agentes de controlo biológico.

Na sessão plenária desta semana, o Parlamento adotou um relatório por iniciativa própria sobre formas de acelerar o registo e a utilização de agentes de controlo biológico, com 590 votos a favor, 28 contra e 32 abstenções.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este relatório de iniciativa do Parlamento Europeu.

Parlamento aprova medidas de simplificação para Regulamento Desflorestação da UE

O Parlamento Europeu [votou](#) na passada quarta-feira a favor da simplificação do [Regulamento Desflorestação da UE](#), em vigor desde 2023.

Esta é uma legislação que visa minimizar a contribuição da UE para a desflorestação e a degradação florestal a nível mundial, garantindo que os produtos consumidos no bloco não provenham de áreas desflorestadas ou degradadas após 31 de dezembro de 2020. A decisão acompanha o avanço de uma nova proposta da Comissão Europeia que visa facilitar a implementação dessas regras.

Paralelamente, os eurodeputados aprovaram o adiamento de um ano para que as empresas se adaptem às obrigações. Desse modo, os grandes operadores e comerciantes deverão cumprir as normas a partir de 30 de dezembro de 2026, enquanto as micro e pequenas empresas terão até 30 de junho de 2027 para se conformarem às novas regras.

Estas alterações também redefinem o dever de diligência: a responsabilidade passará a recair sobretudo sobre quem introduz os produtos no mercado europeu, de modo a aliviar os operadores que os comercializam posteriormente. Para micro e pequenos operadores primários, será exigida apenas uma declaração simplificada. O Parlamento apelou ainda a que a eficácia destas medidas seja revista até abril de 2026.

O texto foi aprovado por 402 votos contra 250, com 8 abstenções. Com esta aprovação, o Parlamento está pronto para iniciar negociações com os Estados-Membros sobre a versão final da lei, que deverá ser aprovada pelo Parlamento e pelo Conselho e publicada no *Jornal Oficial da União Europeia* até ao final de 2025.

Comissão Europeia lança Programa de Monitorização dos Polinizadores para travar declínio da população de insetos até 2030

A Comissão Europeia apresentou um novo [Programa de Monitorização dos Polinizadores da UE](#), que pretende ajudar os Estados-Membros a travar o declínio de abelhas, borboletas e outros insetos essenciais até 2030, conforme disposto no [Regulamento de Restauração da Natureza](#).

A iniciativa cria um método comum e baseado na ciência para recolher dados sobre as populações de polinizadores em toda a União. O objetivo é obter informação fiável e comparável entre países, de modo a permitir fazer uma avaliação sobre o estado da biodiversidade e orientar ações de recuperação de espécies.

O novo ato legislativo entra em vigor dentro de 20 dias e os Estados-Membros terão um ano para aplicar o novo sistema de monitorização.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações sobre o novo Programa de Monitorização dos Polinizadores da UE.



Coesão e solidariedade interna da UE

Tribunal de Contas Europeu alerta para falhas da Comissão Europeia na aplicação de correções financeiras na política de coesão

Um relatório recentemente publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE) revela que a Comissão Europeia não tem aplicado de forma eficaz as correções financeiras destinadas a proteger o orçamento da UE contra despesas irregulares na política de coesão. O relatório indica que, apesar do orçamento para a política de coesão para o período 2014-2020 ter apresentado taxas de erro persistentes, a Comissão demorou mais de dez anos a adotar a sua primeira correção financeira líquida obrigatória, apenas concretizada em setembro de 2025.

Os auditores constataram que, em 16 dos casos examinados que preenchiam as condições necessárias, até setembro de 2025 a Comissão Europeia tinha iniciado o procedimento de recuperação apenas duas vezes e que as correções financeiras líquidas obrigatórias ainda não tinham sido efetuadas. No documento, os auditores destacam igualmente a ausência de um calendário bem definido para adotar o procedimento de recuperação. Segundo a análise que o TCE fez dos controlos da Comissão relativos a 10 países da UE, esta revela que foram necessários, em média, 588 dias antes de sequer se poder dar início ao procedimento, que tem demorado mais de dois anos a ser concluído.

Dado um período de tempo tão longo, os auditores afirmam que desse modo não é possível uma resposta atempada e uma boa gestão financeira dos fundos de coesão.

Embora a Comissão afirme que as suas verificações levaram à recuperação de mais de mil milhões de euros e a novos ajustamentos de cerca de 200 milhões após a auditoria, o relatório conclui que o efeito dissuasor das correções permanece insuficiente e que o novo quadro jurídico proposto para o período 2021-2027 não resolve os problemas estruturais identificados.

Entre as recomendações lançadas para fazer face ao problema, o TCE recomenda que a Comissão aplique de forma plena as correções previstas na legislação, assegure avaliações coerentes dos sistemas de gestão e controlo e reforce a transparência das informações prestadas nos relatórios anuais sobre a execução da política de coesão.

Pode consultar [aqui](#) o relatório publicado.

O Parlamento pede reformas institucionais para a competitividade e resiliência da UE

Propostas de reformas institucionais para aumentar a competitividade da UE, ao mesmo tempo que se reforça a legitimidade e a eficácia da sua tomada de decisão, foram adotadas na sessão plenária do Parlamento Europeu que decorreu esta semana em Estrasburgo.

Os eurodeputados votaram com 330 votos a favor, 273 contra e 38 abstenções para adotar propostas de seguimento do “relatório Draghi” do ponto de vista institucional. O Parlamento alerta que a UE deve responder a um “desafio existencial” e defende que salvaguardar a competitividade e a sustentabilidade da Europa exige “um esforço institucional sem precedentes”. Os eurodeputados insistem que a União deve ser capaz de tomar decisões oportunas e eficazes, com pleno respeito pelos Tratados, enquanto mantém a governação democrática e o equilíbrio institucional. Salientam também que estas reformas devem ser apoiadas por uma comunicação clara com os cidadãos, para estimular a confiança, o envolvimento e o sentido de pertença partilhado.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes do relatório agora aprovado.

Comissão Europeia atribui mais de 4 mil milhões de euros do NextGenerationEU a quatro Estados-Membros

A Comissão Europeia aprovou o desembolso de 4,1 mil milhões de euros para Grécia, Portugal, Áustria e Eslovénia ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), elemento central do programa NextGenerationEU. Os pagamentos resultam do cumprimento das metas e reformas previstas em cada plano nacional de recuperação.

A Grécia receberá a maior tranche (2,1 mil milhões de euros), correspondente ao seu sexto pedido de pagamento e que abrange o cumprimento de 39 objetivos em áreas como saúde, educação, energia limpa e administração pública.

Portugal assegura 1,06 mil milhões de euros, destinados a medidas nos setores da saúde, habitação, prevenção de incêndios, energias renováveis e mobilidade elétrica.

A Áustria obtém 515,5 milhões de euros, que apoiam reformas sociais e investimentos em energia solar e reparação de equipamentos eletrónicos. Já a Eslovénia receberá 439,7 milhões de euros (400,1 milhões em subvenções e 39,6 milhões em empréstimos) para avançar em projetos de eficiência energética, cuidados de longa duração, ferrovia e digitalização da educação.

Os desembolsos seguem a avaliação positiva do Comité Económico e Financeiro do Conselho e refletem o progresso dos quatro países na execução dos seus planos de recuperação.

Pode obter [aqui](#) mais informações.



Cultura e Comunicação

Conselho da UE destaca o papel vital da cultura na salvaguarda da democracia

Num momento em que o mundo atravessa um período de incerteza a nível geopolítico, os ministros da Cultura da União Europeia reforçaram a importância da cultura e do património cultural na defesa da democracia e dos valores europeus. Nas [conclusões](#) aprovadas esta semana em Bruxelas, os ministros enfatizaram que a promoção e proteção da cultura, em todas as suas formas, são essenciais para fortalecer a resiliência democrática na Europa.

O Conselho sublinhou que a cultura e as obras audiovisuais desempenham um papel fundamental, mas frequentemente subestimado, na construção de sociedades democráticas. Nas conclusões, os ministros sublinharam que ao promover o envolvimento cívico e o senso de comunidade, pertença e valores comuns, a cultura contribui para a sustentabilidade das democracias.

Os ministros apelaram aos Estados-Membros da UE para que reforcem a proteção da liberdade artística e melhorem o acesso às atividades culturais, incluindo conteúdos multilingues, além de integrar instituições culturais, como bibliotecas, museus e arquivos, no planeamento para situações de crise.

Além disso, os ministros destacaram a importância de continuar a cooperação com parceiros internacionais, como o Conselho da Europa e a UNESCO, para promover a diversidade cultural e proteger os direitos culturais.

O Conselho também convidou a Comissão Europeia a sensibilizar para o papel da cultura na defesa dos valores democráticos, incluindo a implementação da iniciativa Bússola Europeia para a Cultura, que visa promover a diversidade cultural e o património como pilares da democracia europeia.

Pode conhecer melhor a posição do Conselho [aqui](#).



Defesa e Segurança

Eurodeputados defendem um “Schengen militar” para enfrentar potencial agressão russa

Os eurodeputados da Comissão dos Transportes (TRAN) e da Defesa (SEDE) apelam com urgência a uma mobilidade mais fácil de tropas e equipamentos militares em toda a UE, através da remoção das fronteiras internas e da modernização de infraestruturas.

O projeto de resolução sobre mobilidade militar, adotado pelas comissões de Transportes e Defesa, enfatiza a necessidade urgente de facilitar a rápida circulação transfronteiriça de tropas, equipamentos e recursos em toda a Europa, para a União estar preparada para resistir a uma potencial agressão russa. Este é um elemento essencial para a segurança e defesa europeias comuns, mas também crucial para a segurança do flanco oriental, em particular dos países bálticos e da Polónia, acrescentam os eurodeputados.

Os eurodeputados do sector dos Transportes e da Defesa reconhecem que, embora tenha sido feito um progresso significativo para melhorar a mobilidade militar, ainda existem consideráveis barreiras administrativas e financeiras, bem como obstáculos de infraestrutura, o que significa que, por vezes, pode demorar mais de um mês a transportar equipamento militar pela UE.

O projeto de resolução não legislativa sobre mobilidade militar foi adotado por 56 votos a favor, 11 contra e duas abstenções. Agora, deve ser submetido a uma votação plenária, possivelmente durante a sessão de dezembro.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre os principais elementos deste projeto de resolução.

Parlamento Europeu aprova primeiro programa europeu para a indústria de defesa

O Parlamento Europeu aprovou na sessão plenária desta semana a criação do primeiro programa europeu para a indústria da defesa (EDIP), com o objetivo de fortalecer a base tecnológica e industrial da UE no setor de defesa. O regulamento já tinha sido [informalmente acordado](#) com o Conselho e visa promover a aquisição conjunta de equipamentos de defesa, aumentar a produção no setor e reforçar o apoio à Ucrânia.

O programa irá destinar 300 milhões de euros ao Instrumento de Apoio à Ucrânia (USI), para apoiar a modernização da indústria de defesa ucraniana e a sua integração na indústria de defesa europeia. Além disso, o programa inclui a criação do Fundo para Acelerar a Transformação da Cadeia de Abastecimento da Defesa (FAST), com um orçamento inicial de 150 milhões de euros, financiado por contribuições adicionais do instrumento "[Ação de Segurança para a Europa](#)" (SAFE) e do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR).

A proposta também estabelece o princípio "comprar europeu", limitando a participação de componentes de países terceiros a no máximo 35% do custo total dos produtos de defesa financiados. O programa visa, ainda, promover a colaboração entre pelo menos quatro Estados-Membros em projetos de defesa de interesse comum, incluindo a possibilidade de a Ucrânia poder participar.

O programa foi aprovado por 457 votos a favor, 148 contra e 33 abstenções e deverá agora ser formalmente ratificado pelos Estados-Membros antes da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

Eurodeputados alertam para risco de militarização e disputa geopolítica no Ártico

Durante a sessão plenária desta semana em Estrasburgo, o Parlamento Europeu aprovou uma [resolução](#) que alerta para o crescente reforço militar e a competição geopolítica no Ártico, apelando a uma estratégia europeia mais robusta e voltada para a segurança. O texto foi aprovado por 510 votos a favor, 75 votos contra e 80 abstenções e sublinha que a região deve continuar a ser regida pelos princípios do direito internacional.

No documento, os eurodeputados manifestam a sua preocupação com a crescente militarização daquela região, destacando a reestruturação militar da Rússia e o aumento do interesse da China, cuja crescente presença tem afetado a estabilidade da região. Na resolução, os eurodeputados propõem um estreitamento da cooperação entre a União Europeia, a NATO e os Estados Unidos para conter essas dinâmicas e proteger os interesses de segurança europeus.

A resolução também insiste na necessidade de reforçar a proteção das infraestruturas submarinas essenciais, como cabos e oleodutos, especialmente os recentes ocorridos no mar Báltico. O Parlamento reafirma que a governação do Ártico deve basear-se na [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar](#) e rejeita a possibilidade de os Estados recorrerem a reivindicações territoriais unilaterais.

Além disso, o texto sublinha ainda a urgência de melhorar as estratégias de adaptação às alterações climáticas e de envolver plenamente os povos indígenas do Ártico nas decisões que afetam a região.

Pode conhecer [aqui](#) melhor a posição do Parlamento.

Eurodeputados defendem melhores mecanismos de financiamento para reforçar prontidão de defesa da UE

Os deputados do Parlamento Europeu apresentaram um novo relatório no qual pedem o reforço das opções de financiamento para a indústria de defesa da União Europeia, com o objetivo de melhorar a preparação europeia até 2030. O documento, elaborado pelos membros da Comissão de Segurança e Defesa (SEDE) do Parlamento, analisa as necessidades do setor num contexto de segurança crescente e saúda iniciativas como o plano “[ReArm Europe](#)” e o [Livro Branco sobre o futuro da defesa europeia - Prontidão 2030](#), que dão maior flexibilidade orçamental aos Estados-Membros.

O relatório identifica obstáculos significativos para muitas empresas, sobretudo startups e PME, que enfrentam dificuldades no acesso ao crédito e ao investimento devido à irregularidade dos contratos públicos, atrasos nos pagamentos e à reticência de alguns investidores em apoiar atividades de defesa. Os eurodeputados defendem, por isso, um apoio reforçado a estas empresas para garantir a competitividade da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia.

Os eurodeputados apelam também ao aumento das aquisições conjuntas de equipamento militar entre os países da UE, para reduzir a fragmentação do mercado e reforçar a interoperabilidade. Entre as metas propostas estão 40% de compras conjuntas e 50% de aquisição de produtos de defesa fabricados na UE até 2030.

Por fim, recomendam que o Banco Europeu de Investimento adapte o seu mandato para apoiar melhor a indústria de defesa e fortalecer as cadeias de abastecimento. O relatório segue agora para votação no Parlamento Europeu durante a sessão plenária de dezembro.

Pode obter [aqui](#) informação mais detalhada sobre o documento.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

7.º Cimeira União Africana - União Europeia 2025, 24-25 de novembro de 2025

Pode aceder [aqui](#) ao texto da intervenção proferida pelo Presidente do Conselho Europeu, António Costa, na sessão de abertura e [aqui](#) à intervenção também proferida nessa mesma sessão pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Pode ainda aceder [aqui](#) à intervenção do presidente António Costa na sessão de encerramento da Cimeira União Europeia-União Africana e também consultar a [Declaração Conjunta desta 7.ª Cimeira União Africana - União Europeia 2025](#).

Declaração dos líderes sobre a Ucrânia

Numa reunião de líderes à margem da Cimeira do G20 que decorreu em Joanesburgo na África do Sul adotaram uma declaração sobre a Ucrânia que pode ser consultada [aqui](#).

Declaração da Presidente da Comissão Europeia após reunião da Coligação da Boa Vontade

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, emitiu na passada quarta-feira uma declaração na sequência da reunião que teve com os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos 27 Estados-membros, para abordar a questão das negociações de paz para a Ucrânia.

Pode ler [aqui](#) a declaração na íntegra, bem como aceder [aqui](#) à declaração da Presidente da Comissão Europeia sobre o acordo sobre os principais elementos de uma paz justa e duradoura com soberania para a Ucrânia.

Presidente da Comissão discursa sobre a posição da UE relativamente à paz na Ucrânia

Durante a sessão plenária do Parlamento, realizada esta semana em Estrasburgo, Ursula von der Leyen fez uma intervenção, na qual declarou a posição da UE relativamente ao plano de paz proposto para a Ucrânia e ao empenho da União em alcançar uma solução que garanta uma paz justa e duradoura para o país.

Pode consultar [aqui](#) a declaração emitida.

UE e Países do Sul do Mediterrâneo Lançam o Pacto para o Mediterrâneo em Barcelona

Esta semana os ministros da União Europeia (UE) e países parceiros do Sul do Mediterrâneo reuniram-se em Barcelona para lançar o “Pacto para o Mediterrâneo”. O evento, que marca o 30.º aniversário do Processo de Barcelona, foi copresidido pela Alta Representante da UE, Kaja Kallas, e pela Comissária para o Mediterrâneo, Dubravka Šuica, com a participação de ministros de toda a Europa e do Mediterrâneo.

O *Pacto para o Mediterrâneo* é um marco na colaboração entre a UE e os países da região, que estabelece um quadro estratégico de cooperação entre os Estados-membros para os próximos anos. Baseado na cooperação mútua, cocriação e responsabilidade compartilhada, o pacto inclui mais de 100 iniciativas concretas e visa criar uma região do Mediterrâneo mais estável, segura e próspera.

Durante o lançamento, também foi realizado o [10.º Fórum Regional da União para o Mediterrâneo](#) (UpM), que se debruçou sobre questões cruciais da região. A nova visão estratégica da UpM, aprovada pelos ministros, irá fortalecer a Parceria Euro-Mediterrânica e será essencial para a implementação das iniciativas do pacto.

Aprovado pelos países participantes, o Pacto será formalmente acolhido pelos líderes da UE na reunião do Conselho Europeu de dezembro. Posteriormente, será criado e apresentado um plano de ação no início de 2026, que irá delinear as ações específicas a serem adotadas por cada país e parte interessada.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações sobre o Pacto para o Mediterrâneo.

Parlamento Europeu pede maior liderança da UE para alcançar paz justa na Ucrânia

O Parlamento Europeu [aprovou](#) esta semana, com 401 votos a favor, 70 contra e 90 abstenções, uma resolução que apela à União Europeia para que assuma um papel mais ativo na segurança europeia e na busca de uma paz duradoura na Ucrânia. Na resolução, os eurodeputados defendem que a UE deve trabalhar estreitamente com os Estados Unidos e outros parceiros para garantir que quaisquer negociações respeitem o direito internacional de forma plena.

Em relação à questão da negociação de paz para a Ucrânia, o Parlamento afirma que a paz exige um cessar-fogo eficaz e garantias de segurança robustas da UE e dos EUA a Kiev, comparáveis às previstas no artigo 5.º da NATO e no [artigo 42.º, n.º 7 do Tratado da UE](#) (cláusula de defesa mútua da EU). Os eurodeputados também afirmam que nenhum território ucraniano temporariamente ocupado será legalmente reconhecido como território russo, nem pela UE nem pelos seus Estados-Membros.

No entanto, os eurodeputados consideram que a ambivalência política de Washington quanto ao apoio a Kiev tem prejudicado os esforços para uma paz duradoura. Defendem que qualquer acordo não deve limitar a capacidade da Ucrânia de se defender e reafirmam o seu direito soberano de escolher livremente as suas alianças políticas e de segurança.

Por fim, a resolução sublinha que a Rússia deverá compensar totalmente os danos causados à Ucrânia e insta a UE a avançar com um “empréstimo de reparação” financiado pelos bens russos congelados.



Economia, Comércio e Concorrência

Comissão apresenta nova estratégia da bioeconomia para impulsionar o crescimento verde, a competitividade e a resiliência em toda a Europa

A Comissão adotou um novo [quadro estratégico para uma bioeconomia da UE competitiva e sustentável](#), que traça o caminho a seguir para construir uma economia europeia limpa, competitiva e resiliente. Ao utilizar recursos biológicos renováveis provenientes da terra e do mar e ao proporcionar alternativas às matérias-primas críticas, a UE avançará para uma economia mais circular e descarbonizada e poderá diminuir a dependência das importações de combustíveis fósseis.

A bioeconomia oferece à Europa a oportunidade de reforçar a sua resiliência, substituir materiais e produtos à base de combustíveis fósseis, criar emprego e liderar a transição mundial para indústrias limpas. Com esta nova estratégia, a UE apoiará atividades que proporcionem soluções práticas sustentáveis que utilizem os nossos recursos biológicos em setores como a agricultura, a silvicultura, as pescas, a aquicultura, a transformação da biomassa, a biofabricação e as biotecnologias. Aproveitará o vasto potencial destes recursos, a excelência científica e a base industrial, e incentivará inovações que beneficiem o clima, a natureza e a sociedade.

Com um valor máximo de 2,7 biliões de euros em 2023 e empregando 17,1 milhões de pessoas (cerca de 8 % dos postos de trabalho da UE), a bioeconomia da UE já contribui significativamente para a criação de emprego e o crescimento económico na Europa. Todos os postos de trabalho na bioeconomia criam três postos de trabalho indiretos na UE. Exemplos de produtos são produtos químicos de base biológica fabricados a partir de algas que são utilizados para produzir produtos farmacêuticos, produtos de cuidados pessoais e aplicações industriais. Os plásticos de base biológica são cada vez mais utilizados em embalagens e peças automóveis. Também as produções de construção de base biológica, as fibras têxteis e os fertilizantes são cada vez mais procurados. No entanto, ainda tem um enorme potencial inexplorado.

A Estratégia da UE para a Bioeconomia visa libertar este potencial através do aumento da inovação e dos investimentos, do desenvolvimento de mercados-piloto para materiais e tecnologias de base biológica, da garantia de um aprovimento sustentável de biomassa e do aproveitamento das oportunidades mundiais.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes da proposta adotada pela Comissão Europeia.

Pacote de outono do Semestre Europeu de 2026: Comissão define prioridades para impulsionar a competitividade da UE

A Comissão Europeia adotou o [pacote de outono do Semestre Europeu de 2026](#), que define as prioridades da política económica e de emprego para reforçar a competitividade. Num contexto geopolítico cada vez mais desafiante, a Comissão apela a uma ação coordenada para reforçar a produtividade, a inovação e o investimento em consonância com a [Bússola para a Competitividade](#). O pacote de outono dá início ao ciclo do Semestre Europeu de 2026, no qual será melhorada a base analítica, fortalecido o diálogo entre os Estados-Membros e as partes interessadas e reforçado o foco na implementação.

Este pacote baseia-se nas [previsões económicas do outono de 2025](#), mostrando que a economia da UE continua a ser resiliente, com um crescimento moderado impulsionado principalmente por uma procura interna e um investimento robustos, um mercado de trabalho sólido e um abrandamento da inflação. Ao mesmo tempo, a UE confronta-se com várias vulnerabilidades estratégicas e continua a enfrentar desafios

estruturais, incluindo a baixa produtividade, pressões demográficas e a pressão crescente sobre as finanças públicas relacionada com a defesa e com a transição para uma economia descarbonizada e digital. O reforço da competitividade e a manutenção da solidez das finanças públicas serão, portanto, essenciais para concretizar o potencial de crescimento da Europa e salvaguardar a estabilidade.

O Semestre foi reforçado com uma nova recomendação da UE-27 sobre o capital humano, tendo em conta a premência de aumentar a produtividade, promover o talento e desenvolver um mercado de trabalho preparado para o futuro.

A Comissão avaliou a conformidade de todos os Estados-Membros com o quadro orçamental da UE e forneceu orientações destinadas a assegurar que a política orçamental destes para 2026 está alinhada com as recomendações do Conselho, tanto aquelas que apoiam os planos de médio prazo dos Estados-Membros, como - para os Estados-Membros sujeitos a um procedimento por défice excessivo - as que visam pôr termo a esse procedimento.

A Comissão adotou pareceres sobre os projetos de planos orçamentais para 2026 de 17 Estados-Membros da área do euro, nomeadamente o **português**, considerado conforme, pelo que Portugal é convidado a continuar a aplicar políticas orçamentais em 2026 tal como previsto.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Maior parte do investimento bruto da UE permanece na UE

De acordo com dados apurados pelo Eurostat, em 2023, as filiais estrangeiras controladas por empresas sediadas na União Europeia geraram mais de metade da sua atividade fora do espaço europeu. No entanto, a maior parte do investimento bruto em ativos tangíveis continuou a ser realizada dentro da própria UE. Apesar de 50,8% das filiais estrangeiras estarem localizadas em países terceiros e de essas filiais representarem 61,2% do volume de negócios líquido, apenas 32,8% do investimento bruto foi direcionado para unidades fora da União Europeia.

Os dados revelam diferenças significativas entre os Estados-Membros. Croácia, Espanha, Portugal e Suécia apresentaram as maiores quotas de filiais ativas fora da UE, enquanto a Eslováquia, Grécia e Letónia apresentaram as quotas mais baixas. Quanto ao emprego, 61,6% dos trabalhadores das filiais estrangeiras da UE estão colocados fora do bloco, com percentagens particularmente elevadas para entidades controladas a partir da Irlanda, Espanha e Bulgária, ao passo que Eslováquia, Letónia e Roménia apresentam as percentagens mais reduzidas.

No que respeita às despesas com benefícios sociais dos trabalhadores, a maior parte (59,1%) corresponde a filiais situadas fora da UE, com a Irlanda, Espanha e Alemanha evidenciando as maiores proporções. Contudo, ao analisar o investimento bruto em ativos tangíveis não correntes, o mercado interno prevalece claramente. Apenas um terço do investimento é aplicado em filiais externas, sendo que Irlanda, Dinamarca e Portugal lideram o peso do investimento fora da UE, enquanto Roménia, Hungria e Eslováquia mantêm quase todo o investimento dentro do espaço europeu.

Pode consultar [aqui](#) mais informações.

Fórum Europeu Conjunto apoia três novos projetos de biotecnologia para reforçar a competitividade da UE

O Fórum Europeu Conjunto para Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum (JEF-IPCEI) [aprovoou](#), durante um reunião realizada esta semana o lançamento da fase de conceção de três novos projetos no setor das biotecnologias, com foco em produtos químicos de base biológica, materiais biológicos e biotecnologias para alimentação humana e animal. Estes projetos visam fortalecer a competitividade e sustentabilidade da União Europeia, alinhando-se com as prioridades verdes e da bioeconomia da União.

Durante a reunião, o Fórum também aprovou um plano de trabalho para 2026, incluindo recomendações para facilitar a participação das PME nos Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum e melhorias nos procedimentos de implementação e monitorização dos projetos.

Comércio eletrónico: Parlamento quer aplicação mais rápida da lei e sanções dissuasivas

Numa [resolução](#) aprovada esta semana em sessão plenária, o Parlamento Europeu pediu uma aplicação mais rápida e rigorosa das leis da UE às plataformas de comércio eletrónico, defendendo a aplicação de sanções dissuasivas para combater a venda de produtos ilegais e perigosos. A resolução aponta diretamente a mercados de países terceiros como Shein, Temu, AliExpress e Wish, após a ocorrência de casos em França que envolveram a venda de bonecos sexuais com aparência infantil.

Os eurodeputados querem que a Comissão e os Estados-Membros passem do diálogo para a aplicação de medidas coercivas ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais e das regras de segurança geral dos produtos. Os parlamentares defendem também que plataformas onde se verifiquem violações graves e sistemáticas possam ser temporariamente suspensas.

A resolução reclama mais meios financeiros e humanos para alfândegas e autoridades de fiscalização, a criação de uma taxa harmonizada de tratamento de encomendas e sanções mais duras, bem como novas obrigações para garantir que estas plataformas sejam responsabilizadas pelas mercadorias não conformes que entram no mercado europeu.

UE exige esclarecimentos à Shein sobre venda de produtos ilegais ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais

A Comissão Europeia [enviou](#) um novo pedido formal de informações à Shein ao abrigo do [Regulamento dos Serviços Digitais](#) (DSA), após indícios de que a plataforma está a disponibilizar produtos ilegais, incluindo bonecas sexuais com aparência infantil e armas. O caso ganhou

destaque depois de vendas detetadas em França e de vários relatórios públicos que levantam suspeitas de riscos sistémicos para consumidores em toda a UE.

Bruxelas pede agora detalhes sobre as medidas usadas para impedir o acesso de menores a conteúdos inadequados, incluindo mecanismos de verificação de idade, e sobre os procedimentos adotados para bloquear a venda de produtos ilegais. A Comissão também irá avaliar a eficácia das ações de mitigação já implementadas.

Ao abrigo da DSA, plataformas de muito grande dimensão têm de identificar e reduzir riscos sistémicos, nomeadamente para menores e relacionados com conteúdos ilícitos.

Este é o terceiro pedido de informações enviado à empresa, e a Comissão afirma estar pronta para avançar com medidas adicionais caso sejam detetadas falhas de conformidade.

UE reforça regras para combater fraude nos pagamentos e aumentar transparência

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo político provisório para atualizar a legislação da UE sobre serviços de pagamento.

A atualização envolve mudanças na [diretiva PSD3](#), a norma europeia que regula os serviços de pagamento e que abriu o mercado a novos prestadores, permitindo a realização de pagamentos online mais seguros e o acesso de aplicações financeiras a dados bancários com autorização do cliente.

Entre as principais medidas, destaca-se a criação de um sistema mais robusto de partilha de informações sobre fraude entre prestadores de serviços de pagamento e a verificação obrigatória da correspondência entre IBAN e nome do titular antes de transferências. Plataformas online e motores de busca só poderão anunciar serviços financeiros de entidades autorizadas no Estado-Membro em questão.

As regras também tornam mais claras as taxas aplicadas em caixas automáticas e em serviços de pagamento com cartões, e facilitam o acesso ao dinheiro, permitindo levantamentos em lojas sem compra, até 150 euros. De acordo com as novas regras, os comerciantes terão ainda de garantir que o nome que aparece no extrato bancário corresponde à sua denominação comercial real.

O acordo segue agora para finalização técnica antes da adoção formal pelo Parlamento e pelo Conselho.

Pode encontrar [aqui](#) mais informações sobre o acordo alcançado.



Emprego e Demografia

Comissão lança Garantia para as Competências para apoiar os trabalhadores em transição na aprendizagem de novas competências para setores estratégicos

A Comissão Europeia lançou um novo regime – a Garantia para as Competências – para apoiar os trabalhadores e as empresas e combater a escassez de mão de obra em setores estratégicos e em crescimento. Uma iniciativa emblemática no âmbito da [União de Competências](#), a Garantia para as Competências reforçará os setores estratégicos em consonância com o futuro Fundo Europeu de Competitividade. Permitirá aos trabalhadores transitar para indústrias estratégicas, garantir novos postos de trabalho e desenvolver competências adicionais.

Como primeiro passo, a Comissão lançou um projeto-piloto sobre a Garantia para as Competências, com um orçamento de 14,5 milhões de euros. Centrar-se-á nos trabalhadores da indústria automóvel e da sua cadeia de abastecimento, que estão em risco de desemprego.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

8% das pessoas vivem em famílias com intensidade de trabalho muito baixa

Segundo dados recentemente publicados pela agência Eurostat, em 2024, 7,9% das pessoas com menos de 65 anos na UE viviam em agregados familiares com [intensidade de trabalho muito baixa](#).

A percentagem mais elevada de pessoas que viviam em agregados familiares com uma intensidade de trabalho muito baixa foi registada na Bélgica (11,4 %), seguida da Dinamarca (10,6 %) e da Alemanha (10,0 %). Em contrapartida, as percentagens mais baixas foram registadas na Eslovénia (3,5 %), no Luxemburgo (3,9 %) e na Polónia (4,1 %).

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Energia

Um novo conjunto de projetos que apoia a energia limpa em África

Pode consultar [aqui](#) uma lista de projetos apoiados pela União Europeia em África, para adicionar à lista de anúncios anteriores.

Consumo de energia na agricultura e silvicultura da UE diminuiu 1,1% em 2023

De acordo com os dados publicados pelo Eurostat, o setor agrícola e florestal da União Europeia consumiu 26,4 milhões de toneladas equivalentes de petróleo em 2023, o que representa uma redução de 1,1% face a 2022. Apesar da queda, a participação do setor no consumo total de energia da UE manteve-se estável em 3%.

Entre os Estados-Membros, os Países Baixos registaram a maior quota de consumo energético direto nacional no setor (7,8%), seguidos da Polónia (5,2%) e da Letónia (5,0%). No extremo oposto, Luxemburgo (0,8%), Eslováquia (1,3%) e Eslovénia (1,6%) apresentaram as proporções mais baixas.

Na União Europeia, o petróleo e os produtos petrolíferos continuam a ser as principais fontes de energia utilizadas no setor, representando 58,3% do total, seguidos pela eletricidade (15,1%), gás natural (12,1%) e energias renováveis e biocombustíveis (11,7%).

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Parlamento alerta para o agravamento da crise do Estado de Direito na Hungria

O Parlamento Europeu [aprovoou](#) na sessão plenária desta semana, o seu segundo relatório intercalar sobre o enfraquecimento contínuo do Estado de direito e as violações dos valores da União Europeia na Hungria. O relatório foi aprovado por 415 votos a favor, 193 contra e 28 abstenções, e faz um balanço das 12 áreas de preocupação, incluindo a independência do poder judicial, a corrupção e o funcionamento do sistema eleitoral no país.

No relatório aprovado, os deputados europeus criticaram a revisão dos acórdãos do Tribunal de Justiça da UE pelo Supremo Tribunal da Hungria, a recusa em aplicar decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e os obstáculos colocados pelo organismo anticorrupção húngaro, que poderão comprometer o uso dos fundos da UE no país. O relatório também denuncia a crescente influência do governo húngaro sobre a mídia e a liberdade acadêmica, além de destacar o enfraquecimento da magistratura e a recusa em permitir marchas do Orgulho.

Outro ponto de preocupação é o uso crescente de conteúdo político gerado por inteligência artificial (IA) nas redes sociais húngaras, incluindo a utilização de vídeos deepfake para manipular a intenção de voto dos eleitores antes das próximas eleições do país. O Parlamento alertou que essa prática pode violar normas eleitorais e representar uma ameaça à integridade dos processos eleitorais democráticos em toda a União.

O relatório destaca a transformação da Hungria em um "regime híbrido de autocracia eleitoral" e nele os eurodeputados apelam à aplicação de novas sanções contra a Hungria, ao abrigo do [artigo 7.º do Tratado da UE](#). Os deputados também pediram a aceleração da investigação sobre alegadas atividades de espionagem húngara nas instituições da UE, com a expectativa de que os responsáveis sejam devidamente responsabilizados.

Parlamento Europeu quer mais transparência no lobbying de países terceiros

O Parlamento Europeu [aprovoou](#) esta semana, por 392 votos a favor, 88 votos contra e 133 abstenções, a sua posição para negociar novas regras destinadas a tornar mais transparente o lobbying feito em nome de países terceiros na UE. Os eurodeputados reforçaram a proposta da Comissão, clarificando definições e garantindo que atividades legítimas da sociedade civil não sejam confundidas com lobbying.

A futura diretiva abrangerá atividades remuneradas que visem influenciar políticas ou decisões da UE, incluindo reuniões, campanhas de comunicação, contributos para consultas e elaboração de documentos políticos. Estão excluídas funções diplomáticas, atividades mediáticas, aconselhamento jurídico, investigação académica e financiamentos estrangeiros sem ligação a lobbying.

Para reforçar o controlo democrático, os deputados defendem registos nacionais obrigatórios interligados através de um portal da UE, com atribuição de um Número Europeu de Representação de Interesses (EIRN). Sublinhando que o registo deve ser factual e neutro, insistem que as regras não podem ser usadas como leis de "agentes estrangeiros" para estigmatizar entidades ou restringir o envolvimento cívico.

Com esta posição aprovada, o Parlamento está pronto para iniciar negociações com o Conselho, assim que este definir o seu mandato.



Comissão Europeia e Alta Representante da UE apelam a um redobrar de esforços para combater violência sexual e baseada no género

Em comemoração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra Mulheres, celebrado na passada terça-feira, a Vice-Presidente Executiva da Comissão Roxana Mînzatu e a Comissária Europeia para a Igualdade, Hadja Lahbib emitiram uma declaração conjunta, em nome da Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Kaja Kallas.

Pode consultar [aqui](#) a declaração emitida.

Violência doméstica na UE: quatro mulheres em cada milhão mortas por familiares ou parceiros em 2023

Em celebração do Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, o Eurostat divulgou dados relativos à violência contra o sexo feminino. Estes dados revelam que em 2023, cerca de 4,1 mulheres por milhão foram vítimas de homicídio doloso cometido por familiares ou parceiros íntimos na União Europeia, quase o dobro da taxa registada entre os homens, de 2,2 por milhão.

Entre 2015 e 2023, a taxa de homicídios intencionais de mulheres neste contexto manteve-se relativamente estável, variando entre um mínimo de 3,9 por milhão em 2019 e um máximo de 4,4 em 2022. Já entre os homens, as taxas foram consistentemente mais baixas, situando-se entre 1,9 e 2,3 por milhão ao longo do período analisado.

Pode consultar [aqui](#) a estatística com mais detalhe.

Parlamento Europeu quer direitos das pessoas com deficiência integrados em todas as políticas da UE

O Parlamento Europeu [aprovoou](#) esta semana um relatório, no qual apresentam as suas prioridades para a futura [Estratégia Europeia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#). No documento, os eurodeputados pedem à Comissão Europeia que apresente, a partir de 2025, uma estratégia robusta para o período 2025-2030, sublinhando que muitos cidadãos continuam a enfrentar obstáculos no acesso ao emprego, proteção social, educação, saúde, habitação e serviços digitais.

Para combater as elevadas taxas de desemprego, o Parlamento propõe a criação de uma “garantia de emprego e competências” financiada pela UE e medidas que reforcem o acesso à formação. O Parlamento Europeu defende ainda a criação de uma definição única de “deficiência” a nível europeu, de modo a garantir direitos iguais em toda a União, bem como a aplicação de sanções quando entidades públicas ou privadas não cumprirem normas de acessibilidade.

O relatório destaca também a situação das mulheres e raparigas com deficiência, apelando a ações específicas contra a discriminação e para melhorar o acesso aos cuidados de saúde, à participação e à proteção. Além disso, os eurodeputados pedem que sejam realizados progressos na acessibilidade nas áreas do desporto, dos transportes e das tecnologias digitais.

Embora reconhecendo a importância de avanços já realizados com instrumentos como o [Centro AccessibleEU](#) e a [Plataforma para a Deficiência](#), os eurodeputados alertam que é preciso reforçar e integrar melhor estes mecanismos na legislação europeia.

O relatório foi aprovado com 490 votos a favor, 9 votos contra e 109 abstenções e contou com a participação da eurodeputada Isilda Gomes (S&D, Portugal) como relatora-sombra.



Indústria

União Europeia aprova novas regras para garantir a segurança dos brinquedos

O Parlamento Europeu aprovou [novas regras](#) para garantir a segurança dos brinquedos vendidos na União Europeia, visando reduzir os riscos para a saúde infantil. Estas alterações legislativas atualizam a Diretiva [2009/48/CE](#) relativa à segurança dos brinquedos e buscam melhorar a proteção das crianças, especialmente em relação aos brinquedos inseguros que continuam a chegar ao mercado.

As novas normas incluem restrições mais rigorosas sobre substâncias químicas, proibindo não apenas substâncias cancerígenas e mutagénicas, mas também desreguladores endócrinos e produtos tóxicos para a pele e órgãos. Os brinquedos destinados a crianças menores de 3 anos e os que podem ser levados à boca terão ainda mais restrições, como a proibição de fragrâncias alergénicas. Além disso, será exigida uma avaliação de segurança mais abrangente para todos os brinquedos, incluindo brinquedos digitais, que agora terão que ser avaliados quanto aos riscos à saúde mental das crianças.

Outra importante mudança é a introdução de um "passaporte digital" para todos os brinquedos, que incluirá um código QR com informações sobre a conformidade com as normas de segurança. Além disso, os fabricantes e distribuidores terão que fornecer informações claras sobre os riscos dos brinquedos e adotar medidas corretivas quando necessário.

Por fim, as novas regras estabelecem que as plataformas de vendas online deverão garantir que os vendedores exibam as marcações CE e os passaportes digitais, e os brinquedos que não cumprirem as normas serão considerados "conteúdo ilegal" conforme a Lei dos Serviços Digitais.

As novas regras entrarão em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia.



Instituições & União Europeia

Aprovado o orçamento da União Europeia para 2026

O Conselho da União Europeia [aprovoou](#) formalmente o [orçamento da UE](#) para 2026, após acordo alcançado com o Parlamento Europeu no passado dia 15 de novembro.

O orçamento da UE para 2026 prevê 192,8 mil milhões de euros em autorizações e 190,1 mil milhões em pagamentos, mantendo ainda uma margem de 715,7 milhões de euros abaixo dos limites máximos do Quadro Financeiro Plurianual, que irão permitir à UE responder a eventuais imprevistos.

Com a adoção da proposta pelo Parlamento Europeu por 419 votos a favor, 185 contra e 53 abstenções no passado dia 26 de novembro na sessão plenária que decorreu em Estrasburgo, após a confirmação pelo Conselho atras referida, o orçamento foi finalmente aprovado, podendo encontrar [aqui](#) mais informação sobre a reação do Parlamento Europeu a essa aprovação.

Tribunal de Contas Europeu: Parlamento Europeu apoia candidato da Alemanha

Durante a sessão plenária em Estrasburgo, na passada terça-feira o Parlamento Europeu [aprovou](#) a nomeação de Daniel Caspary, eurodeputado alemão do Partido Popular Europeu (PPE), para integrar o Tribunal de Contas Europeu (TCE).

Daniel Caspary foi aprovado em uma votação secreta com 411 votos a favor, 206 contra e 25 abstenções. O eurodeputado, que está no Parlamento desde 2004, recebeu um parecer favorável da Comissão do Controlo Orçamental após uma audição realizada em 20 de novembro de 2025.

A nomeação de Caspary acontece no momento em que o mandato do atual membro alemão do TCE, Klaus-Heiner Lehne, se aproxima do fim, previsto para 28 de fevereiro de 2026.

A decisão final sobre a nomeação de Daniel Caspary será tomada pelos ministros dos Estados-Membros no Conselho da União Europeia, conforme o procedimento estabelecido pelo Tratado da UE, que determina que cada Estado-Membro proponha um candidato ao Tribunal de Contas Europeu.

Após a aprovação do Parlamento, o próximo passo será a adoção da lista de membros do TCE pelo Conselho da UE, com os novos membros assumindo um mandato de seis anos.



Comissão atualiza proposta de possibilidades de pesca para 2026 para reconhecer os esforços dos pescadores do Mediterrâneo e defender a sustentabilidade

A Comissão Europeia apresentou atualizações da sua proposta de possibilidades de pesca para 2026 para o Mediterrâneo e o mar Negro. A proposta promove uma abordagem equilibrada que reconhece os esforços de conservação dos pescadores, assegurando simultaneamente a sustentabilidade das unidades populacionais de peixes vitais.

A proposta procura equilibrar as medidas de conservação essenciais com considerações sociais e económicas. O objetivo é prosseguir a recuperação das unidades populacionais de peixes no âmbito do plano de gestão plurianual para o Mediterrâneo Ocidental, mantendo simultaneamente os dias de pesca aos níveis de 2024.

O incentivo aos dados científicos do Mediterrâneo Ocidental indica tendências positivas, como a recuperação da biomassa da unidade populacional e a diminuição da mortalidade por pesca, mostrando os efeitos benéficos do plano de gestão. No entanto, a maioria das populações de peixes continua a ser objeto de sobrepesca. Para fazer face a esta situação, a Comissão propõe reduções do esforço de pesca para atingir níveis sustentáveis de mortalidade e medidas corretivas para as unidades populacionais de peixes abaixo de limites biológicos seguros. Neste contexto, a Comissão defende reduções para as unidades populacionais vulneráveis, em especial para as populações de lagostins na Catalunha e na Sardenha.

A Comissão propõe reduzir as reduções iniciais para os pescadores que não dirigem a pesca ao lagostim, promovendo uma abordagem equilibrada. Além disso, a Comissão propõe continuar a basear-se no regime de compensação de 2025 para as possibilidades de pesca de 2026. Tal permitirá aos pescadores aplicar medidas de conservação adicionais e recuperar dias de pesca, apoiando a recuperação das unidades populacionais de peixes e reforçando a eficácia do plano de gestão.

A proposta inclui igualmente possibilidades de pesca alinhadas com as últimas decisões da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo.

Estas medidas são cruciais para a execução de planos de gestão acordados a nível regional no Mediterrâneo e no mar Negro, abrangendo os limites de captura e de esforço para espécies-chave, como as pequenas espécies pelágicas e demersais no mar Adriático, o goraz no mar de Alborão, o pregado no mar Negro e os camarões de profundidade no estreito da Sicília, no mar Jônico e no mar Levante.

Pode aceder [aqui](#) a informação mais detalhada.

A ICCAT aumenta quotas de captura de atum-rabilho para a frota da UE em 16%

Reunida em Sevilha, Espanha, a Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT) decidiu aumentar as quotas de atum-rabilho para os países da UE no Mediterrâneo em 16%.

A quota da UE para 2025 situa-se atualmente em 21.503 toneladas (t) e, com a decisão aprovada na reunião deste órgão que terminou esta quinta-feira em Sevilha, a quota será aumentada para 25.164 t.

Pode consultar [aqui](#) informação mais detalhada.



Mobilidade

Entram em vigor novas normas europeias relativas às cartas de condução e inibições de conduzir

A partir da passada terça-feira, entraram em vigor as novas regras da União Europeia sobre cartas de condução e reconhecimento mútuo das decisões de inibição de conduzir, com o objetivo de melhorar a segurança rodoviária e reduzir a burocracia. As mudanças às diretivas europeias relativas à carta de condução e inibições de conduzir incluem a introdução de um regime de condução acompanhada para condutores de 17 anos, um período probatório para novos motoristas e cartas de condução digitais, acessíveis via telemóvel. Além disso, a [atualização da diretiva relativa às inibições de conduzir](#) estabelece um regime de reconhecimento mútuo das decisões de inibição de conduzir, garantindo que infrações graves em um país da UE resultem em consequências em todo o território europeu.

As novas regras também preveem uma verificação mais sistemática da aptidão para conduzir e maior proteção para utentes vulneráveis, como peões e ciclistas. Além disso, segundo o disposto nas diretivas atualizadas, as cartas de condução da UE emitidas em troca de licenças de países terceiros poderão ser reconhecidas, caso os países tenham padrões de segurança rodoviária semelhantes aos da UE.

A legislação entrará em vigor nos Estados-Membros dentro de quatro anos, com exceção das regras sobre veículos movidos a combustíveis alternativos e a condução acompanhada, que começarão a ser aplicadas dentro de dois e três anos, respetivamente.

Pode conhecer [aqui](#) mais detalhes sobre as regras atualizadas.



Tecnologia e Informática

Comissão lança ferramenta de denúncia para o Regulamento da UE para a Inteligência Artificial

A Comissão Europeia lançou uma nova [ferramenta de denúncia](#) dedicada à aplicação do [Regulamento da UE para a Inteligência Artificial](#), que visa criar um canal seguro e confidencial para comunicar suspeitas de violações diretamente ao [Serviço Europeu para a IA](#). A plataforma permite a qualquer pessoa apresentar informações em qualquer língua oficial da UE e em vários formatos, com o objetivo de detetar precocemente práticas de IA que possam pôr em risco direitos fundamentais, a saúde ou a confiança pública.

A ferramenta garante elevados padrões de proteção de dados e confidencialidade, recorrendo a encriptação certificada e a uma caixa de entrada segura que possibilita comunicação bidirecional com o Gabinete de IA, sem comprometer o anonimato do denunciante. Desta forma, os autores das denúncias podem acompanhar o progresso do processo e responder a pedidos de informação adicionais, mantendo-se protegidos.

O [Regulamento da UE para a Inteligência Artificial](#) estabelece o primeiro quadro jurídico abrangente do mundo para a inteligência artificial, concebido para promover a inovação e a adoção responsável destas tecnologias, ao mesmo tempo que mitiga riscos a nível de segurança, direitos fundamentais, democracia e Estado de direito. Ao facilitar a denúncia de infrações, a nova ferramenta pretende reforçar a fiscalização do cumprimento da lei e contribuir para um desenvolvimento mais seguro e transparente da IA no espaço europeu.

Conselho da UE aprova posição sobre nova lei contra o abuso sexual infantil online

Esta semana, a União Europeia deu um passo decisivo na luta contra o abuso sexual infantil. Os representantes dos Estados-Membros chegaram a acordo sobre a posição do Conselho da UE relativamente ao [regulamento que visa prevenir e combater o abuso sexual de crianças no ambiente digital](#).

A futura legislação irá impor obrigações mais rigorosas às empresas digitais, que terão de prevenir a divulgação e partilha de material de abuso sexual infantil. Segundo o regulamento aprovado, as autoridades nacionais competentes poderão ordenar a remoção ou o bloqueio de conteúdos ilegais e determinar aos motores de busca que retirem resultados relacionados.

O regulamento cria também uma nova agência europeia, o Centro da UE contra o Abuso Sexual de Crianças, que prestará apoio aos Estados-Membros e às plataformas digitais na aplicação das novas regras. O Centro será responsável por reunir e processar informações sobre material ilegal, manter bases de dados atualizadas com denúncias, apoiar as autoridades nacionais e partilhar informação com a Europol. A localização do Centro será decidida posteriormente, em conjunto com o Parlamento Europeu.

As empresas digitais terão de realizar avaliações de risco e aplicar medidas de mitigação, incluindo ferramentas de denúncia, controlo de conteúdos e definições de privacidade adaptadas a crianças. O Conselho introduziu três categorias de risco para os serviços online — elevado, médio e baixo — e prevê sanções financeiras para as plataformas digitais que não cumprirem as obrigações. As novas regras obrigam ainda as empresas a apoiar as vítimas que queiram remover material de abuso sexual infantil que as envolva.

Com esta posição aprovada, o Conselho está agora preparado para iniciar negociações com o Parlamento Europeu, que já definiu a sua posição em novembro de 2023.

Pode obter [aqui](#) mais informações.

Parlamento Europeu defende idade mínima de 16 anos para aceder às redes sociais

O Parlamento Europeu defende que a idade mínima para aceder a redes sociais, plataformas de partilha de vídeos e robôs de conversação de IA seja de 16 anos em toda a UE, com possibilidade de os jovens terem acesso entre os 13 e os 16 anos mediante autorização parental.

Esta semana, os eurodeputados aprovaram em sessão plenária um [relatório](#) não vinculativo que alerta para os riscos das redes para a saúde física e mental dos menores e que exige regras mais rígidas contra conteúdos e funcionalidades que criam dependência digital entre os mais jovens. O relatório foi aprovado com 483 votos a favor, 92 votos contra e 86 abstenções.

No relatório, o Parlamento deixa claro que pretende criar sistemas de verificação de idade fiáveis, que respeitem a privacidade, e admite a possibilidade de responsabilizar pessoalmente gestores de plataformas em caso de incumprimento grave das regras de proteção de menores. O relatório pede ainda a proibição das práticas mais viciantes, como scroll infinito, reprodução automática e caixas de recompensa em jogos, limites à publicidade dirigida e ao marketing de influenciadores junto de crianças, bem como medidas específicas para lidar com riscos ligados à IA generativa, como deepfakes e aplicações de nudificação.

Pode saber mais [aqui](#).



Turismo

Passageiros marítimos na UE aumentam quase 19 milhões em 2024

Os portos da União Europeia registaram 412,3 milhões de passageiros em 2024, mais 18,8 milhões do que no ano anterior (+4,8%), segundo dados divulgados esta quinta-feira pelo Eurostat. Apesar da forte recuperação após a crise provocada pela COVID-19, o tráfego marítimo permaneceu ligeiramente abaixo dos níveis de 2019 (-1,4%).

Dez países concentraram 95,4% de todo o movimento marítimo de passageiros na UE. A Itália liderou com 93,5 milhões de passageiros (22,7%), seguida da Grécia com 81,1 milhões (19,7%) e da Dinamarca com 41,3 milhões (10%). Entre 2019 e 2024, Grécia, Itália e Malta registaram os maiores aumentos, enquanto Suécia, Finlândia e Alemanha apresentaram as quedas mais acentuadas.

Os três portos mais movimentados da UE situaram-se todos em Itália: Messina (11,4 milhões), Reggio di Calabria (11,2 milhões) e Nápoles (11 milhões). Nápoles foi também o porto que mais cresceu face a 2019, com mais 1,7 milhões de passageiros (+18,5%), enquanto Helsínquia registou a maior queda (-2,3 milhões; -19,7%).

No total, os dez maiores portos da UE movimentaram 22,1% de todos os passageiros marítimos, reforçando a concentração do tráfego em grandes hubs, sobretudo na região do Mediterrâneo.

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2025, 2026 e 2027.](#)

Mais no Comité das Regiões Europeu:

[Calendário para 2025 e 2026.](#)

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Dinamarquesa](#)



OPORTUNIDADES DE EMPREGO, TRABALHO OU FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



Agricultura, Alimentação e Ruralidade



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



European
Investment Bank

BEI



Biológico



Economia, Comércio, concorrência



Conselho Europeu / Conselho



Comissão Europeia



Comité das Regiões
Europeu



CoR

Conselho da Europa



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial | AESA – Agência da UE para a Segurança Aérea | BCE – Banco Central Europeu |
 BEI – Banco Europeu de Investimento | CE – Comissão Europeia | CEO – Chief Executive Officer | CESE – Comité Económico e Social Europeu |
 | CoR- Comité das Regiões | CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa | CRPM – Conferência das Regiões Periféricas Marítimas |
 EBA – Autoridade Bancária Europeia | EBCD – European Bureau for Conservation and Development | EEE – Espaço Económico Europeu | EIT
 - Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia | EMA – Agência Médica Europeia | EMB – European Marine Board | EMSA – Agência Europeia
 de Segurança Marítima | ERC – Conselho Europeu de Investigação | ESA – Agência Espacial Europeia | EUA – Estados Unidos da América do
 Norte | FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural | FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia | FEI – Fundo Europeu
 de Investimento | FEIE – Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos | GEE – Gases com Efeito de Estufa | GPS – Sistema de
 Posicionamento Global dos EUA | IA – Inteligência Artificial | ICCAT – Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico | IMO
 – Organização Marítima Internacional | JRC – Centro de Pesquisa Conjunto da CE | OCM – Organização Comum dos Mercados Agrícolas | ODS
 – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU | OMC – Organização Mundial do Comércio | OMS – Organização Mundial de Saúde
 | ONU – Organização das Nações Unidas | PAC – Política 14 de julho Comum da UE | PE – Parlamento Europeu | PES – Partido Socialista
 Europeu | PME – Pequenas e médias empresas | PPE – Partido Popular Europeu e PPE no PE | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – Quadro
 Financeiro Plurianual da EU | RIS – Regional Innovation Scoreboard | RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, de acordo com o
 artigo 349 do TFUE | S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas (inclui o PES no PE) | UE – União Europeia | TCE – Tribunal de
 Contas Europeu | TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE | TJUE – Tribunal de Justiça da UE |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se sugestões!



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!